

Minas realiza ações permanentes para o controle da dengue, zika e chikungunya

As medidas vão desde a assistência, vigilância epidemiológica, controle vetorial, apoio financeiro aos municípios, campanhas educativas e mobilização da população 07 de Maio de 2019 , 15:53
Atualizado em 08 de Maio de 2019 , 12:00

As medidas de controle da dengue, zika e chikungunya em Minas acontecem o ano todo e são intensificadas nos meses mais quentes, em que há maior incidência da transmissão das doenças. Como parte dessas ações, a Secretaria de Estado de saúde de Minas Gerais (SES-MG) liberou, nesta terça-feira (7/5), um aporte financeiro às Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de [32 municípios](#). O recurso, de aproximadamente R\$ 17 milhões, é referente a seis parcelas dos valores da contrapartida estadual de custeio das UPA's 24h. Os valores já foram destinados aos Fundos Municipais de Saúde e aguarda os trâmites bancários para compensação. (veja tabela ao final da matéria)

Foram também publicadas duas resoluções, a SES nº 6.697, em 02 de abril, e a SES nº 6.719, em 26 de abril, com aprovação de liberação de recursos financeiros aos municípios. Juntas, as duas resoluções totalizam um repasse de R\$ 8,3 milhões para ações de enfrentamento da dengue em 200 municípios com incidência alta ou muito alta da doença. Entre as atividades que poderão ser realizadas, está a contratação de agentes de controle de endemias, capacitações para profissionais na assistência hospitalar, confecção e reprodução de material gráfico informativo, aquisição de material de apoio para ações de mobilização, além de mutirões de limpeza de áreas prioritárias.

Ainda no último mês, foi decretada Situação de Emergência em Saúde Pública nos municípios de abrangência das Macrorregiões de Saúde Centro, Noroeste, Norte, Oeste, Triângulo do Norte e Triângulo do Sul do Estado. O objetivo do decreto é facilitar e viabilizar as ações e procedimentos de assistência à saúde das pessoas com dengue. Uma vez decretado o estado de emergência, os municípios que estão na linha de frente da assistência poderão adquirir insumos, medicamentos e contratar profissionais com mais facilidade e celeridade.

As ações permanentes, adotadas para conter o avanço dos casos de dengue em Minas, vão desde a mobilização de parceiros em todo o Estado, realização de Força-Tarefa (equipe composta por agentes da Saúde Estadual e da Fundação Nacional de Saúde – Funasa) em municípios com alta incidência de pessoas com dengue e alta infestação do mosquito, campanhas educativas por meio das redes sociais, mobilização da população sobre os cuidados para evitar os focos do *Aedes aegypti*, até a elaboração dos Planos de Contingência Estadual e Municipais para prevenção e controle das doenças transmitidas pelo mosquito.

Segundo a assessora Técnica da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da SES-MG, Rejane Letro, esse conjunto de ações são importantes para informar a população continuamente sobre os cuidados com dengue, zika e chikungunya e apoiar os municípios no atendimento à população. “Não devemos descuidar nenhum dia sequer, mantendo a vigilância constante e a adoção de posturas permanentes na eliminação dos focos, pois a proliferação do mosquito e, conseqüentemente, a transmissão das doenças, apesar de serem mais frequentes no verão, devido aos fatores climáticos típicos desse período, acontecem durante todo o ano, inclusive no inverno. E essas medidas permitem um reforço aos municípios no enfrentamento do *Aedes* e no atendimento à população, nesse período de alta transmissão”, disse.

Ainda de acordo, com Rejane Letro, no período de baixa transmissão da doença, as ações são direcionadas para eliminação dos criadouros do mosquito. “O ovo do *Aedes* pode durar até 450 dias sem água. Essa condição permite que os ovos sejam transportados a grandes distâncias, até o próximo período chuvoso, quando poderá eclodir até a formação do mosquito adulto apto a transmitir as doenças. Portanto, o controle do vetor depende de ações contínuas e conjuntas do setor público e da população”, alertou.

Conscientização da população

Outra medida adotada pela SES-MG é a realização da Força-Tarefa, que envolve diferentes áreas, como Assistência (Atenção primária e nível hospitalar), Vigilância Epidemiológica, Comunicação/Mobilização e Controle Vetorial, e conta com reforço dos agentes de controle de endemias municipais.

Nesse caso, as equipes realizam visitas às residências, comércios, instituições públicas e terrenos vagos para o recolhimento de objetos inservíveis, aplicação de larvicida onde for necessário e, o mais importante, orientar as pessoas, por meio do trabalho de educação em saúde, quais os pontos de atenção para os possíveis focos do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, zika vírus e chikungunya.



Segundo a coordenadora do Programa Estadual de Doenças Transmitidas pelo Aedes, Márcia Ooteman, a participação da população é de fundamental importância para o controle da doença, sobretudo quando se leva em conta o fato de as residências concentrarem 80% dos focos do mosquito transmissor. “Reforçamos que a inspeção na residência, com a remoção de focos com água parada, é algo que não toma muito tempo e deve ser feita rotineiramente. Como exemplo, os vasos de plantas, pneus usados como possíveis criadouros do Aedes e outros objetos e recipientes em geral que possam acumular água”, orientou.

Além disso, também é realizado o monitoramento dos indicadores municipais do PROMAVS (Programa de Monitoramento das Ações de Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais). Dentre todos os indicadores, um deles é referente à obrigatoriedade de cadastro dos agentes de combate a endemias (ACE) no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) pelo município, mantendo vínculo no serviço. Isso gera continuidade nas ações de prevenção e controle das arboviroses (incluem o vírus da dengue, Zika, chikungunya e febre amarela).

Até o momento, Minas já registra 209.276 mil casos notificados de dengue e 25 óbitos. Entre os fatores que elevaram os números da doença no Estado estão a introdução do vírus tipo 2, que está predominando nas amostras testadas. Segundo Márcia Ooteman, apesar de já circular no Estado, muitas pessoas estão susceptíveis a ele. “Durante a grande epidemia de dengue em 2016, o sorotipo que circulou foi tipo 1, portanto, as pessoas que tiveram dengue em 2016 ficaram imunes ao tipo 1, mas não estão imunes ao sorotipo 2”, disse.

Atendimentos

Márcia Ooteman orienta que, em casos de alguns dos sintomas como febre, dor no corpo, dor de cabeça, mal-estar, dor nas articulações, vômitos e manchas vermelhas na pele, é importante a pessoa procurar atendimento médico. Geralmente, na maioria dos casos de dengue clássica, esse primeiro atendimento é realizado em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, nos casos onde for avaliado a necessidade de hidratação venosa e observação continuada, essas pessoas são encaminhadas para unidades de emergência ou de maior complexidade.

“As UBS’s deverão estar aptas a classificar o risco e iniciar a hidratação precoce de forma adequada e garantir o acompanhamento ambulatorial aos pacientes de baixo risco, classificados nos grupos A e B e direcionar os demais, classificados como C e D aos serviços mais complexos (UPA e Hospitais) e de forma imediata, garantindo transporte sanitário para seu deslocamento. Na maioria das vezes, os pacientes que apresentam a forma clássica da doença não necessitam de cuidados hospitalares. Entretanto, os pacientes que venham a desenvolver quadros graves, principalmente seguidos de choque, demandam internamento em unidades de saúde de maior complexidade, sendo encaminhado para esses serviços”, explicou a coordenadora do Programa Estadual de Doenças Transmitidas pelo Aedes.

“O estabelecimento desse fluxo de atendimento e a comunicação com a população é de extrema importância e evita o deslocamento de pacientes, por demanda própria, para unidades de maior complexidade, como UPAs e hospitais, levando uma sobrecarga nesses serviços e aumento do tempo de espera, podendo agravar o estado do paciente”, conclui Márcia Ooteman.

Mobilização

Mobilizar a população sobre a doença, formas de prevenção e eliminação dos possíveis criadouros do mosquito dentro das residências, também é uma estratégia para controlar a doença no Estado e é desempenhada durante todo o ano. As ações de mobilização no controle do Aedes em Minas ocorrem por meio de compartilhamento de informações e buscam intensificar a prevenção e orientações sobre a dengue, zika e chikungunya por meio dos 737 Núcleos Municipais de Mobilização Social em Saúde identificados, atualmente, ajustando as ações a realidade local e alcançando mais pessoas em todo o estado.

Segundo o coordenador de Publicidade e Propaganda e Mobilização da SES-MG, Joney Vieira, essas ações permitem levar a informação a um maior número de pessoas. “As doenças causadas pelo Aedes não têm cura. Dessa forma, é imprescindível que toda a população se envolva na prevenção contra a proliferação do mosquito. As ações de mobilização social têm um papel fundamental na divulgação das informações qualificadas sobre a prevenção contra o mosquito transmissor da dengue”, disse.



Em 2018, a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) contabilizou 5.857 ações de Mobilização Social em Saúde, relatadas pelos diversos núcleos, municipais e regionais, que integram a Rede Estadual de Mobilização Social em Saúde. Dentre as ações de mobilização social, 2.533 ações foram sobre o enfrentamento ao *Aedes aegypti*.

Tabela: valores aproximados discriminados por município:

Município	Valor
Abaeté	R\$ 127.500,00
Araguari	R\$ 225.000,00
Belo Horizonte	R\$ 3.540.625,00
Betim	R\$ 1.291.718,75
Brumadinho	R\$ 195.937,50
Campo Belo	R\$ 436.875,00
Carmo do Paranaíba	R\$ 127.500,00
Conceição das Alagoas	R\$ 150.000,00
Contagem	R\$ 1.762.500,00
Divinópolis	R\$ 750.000,00
Formiga	R\$ 191.250,00
Francisco Sá	R\$ 150.000,00
Ibirité	R\$ 262.500,00
Igarapé	R\$ 247.562,50
Itabirito	R\$ 255.000,00
Lagoa da Prata	R\$ 127.500,00
Mateus Leme	R\$ 255.000,00
Nova Lima	R\$ 211.875,00
Nova Serrana	R\$ 148.541,67
Pará de Minas	R\$ 262.500,00
Patos De Minas	R\$ 750.000,00

Ribeirão Das Neves	R\$ 640.625,00
Sabará	R\$ 618.750,00
Salinas	R\$ 262.500,00
Santa Luzia	R\$ 596.875,00
Santo Antônio do Monte	R\$ 138.125,00
São Joaquim de Bicas	R\$ 127.500,00
Sarzedo	R\$ 150.000,00
Sete Lagoas	R\$ 618.062,50
Uberaba	R\$ 1.200.000,00
Uberlândia	R\$ 262.500,00
Vespasiano	R\$ 706.250,00
Total	R\$ 16.790.572,92

Por Jornalismo SES

[Enviar para impressão](#)